

O CONCEITO DE TRANSIÇÃO E O CURSO DA VIDA CONTEMPORÂNEO

Elaine Müller¹

Resumo

Tomando um recorte do curso da vida, o da transição da juventude à adultez, busca-se trazer algumas questões que contribuam para uma Antropologia das Idades da Vida. A tentativa de entendimento deste período foi direcionada não apenas através dos eventos, como a saída da casa dos pais, o casamento ou a inserção profissional (que tanto têm sentidos diferentes para os indivíduos como lhes colocam dilemas de ordem muito diversa), mas também pelas expectativas dos sujeitos quanto a suas trajetórias e à sua própria visão sobre elas. No que diz respeito à noção de transição, embora pareça pertinente para se pensar o momento crucial da vida dos/as jovens que se sentem “em crise” ou em uma “encruzilhada”, observou-se que a vida inteira é percebida como uma transição na qual a mudança e os novos desafios não são privilégio de nenhuma idade.

Palavras-chave: Transição. Juventude. Adultez. Curso da vida.

Abstract

Looking at the transition of youth to adulthood from a life course perspective, this work seeks to raise a few issues that may contribute to the Anthropology of Life Ages. This attempt to better understand this specific life period was directed not only by events, such as leaving the parental home, getting married or beginning professional life (which have both diverse meanings for different individuals, as well as confront them with dilemmas of different order), but also by the subjects' expectations with respect to their trajectories and their own views on them. Although the notion of transition seems pertinent to think about these crucial moments in the lives of the young interviewees in our study, who feel them as “crisis” or of being at a “crossroads”, our research data reveal that one's entire life is perceived as a transition such that change and new challenges are not the privilege of any one age.

Keywords: Transition. Youth. Adulthood. Life course.

¹ Antropóloga e Professora Adjunta do Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE. Possui formação em Ciências Sociais (UFSC) e Mestrado e Doutorado em Antropologia (PPGA/UFPE). Atualmente é docente da Universidade Federal de Pernambuco, no Departamento de Antropologia e Museologia. Tem se dedicado também a atividades de pesquisa e extensão sobre parto e nascimento e seu impacto no curso de vida e construção de memórias pessoais. É líder dos Grupos de Pesquisa Narrativas do Nascer e Expolab. E-mail: elainemuller@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discutir a aplicabilidade da noção de transição para a compreensão do curso da vida na contemporaneidade, em um contexto no qual podemos perceber a recronologização do curso da vida, com o surgimento de novas fases (a aposentadoria ativa, a pré e a pós-adolescência, a quarta idade, etc.) e o embaçamento dos limites entre as diferentes idades. O trabalho não deixa de ser uma reescritura de um dos capítulos de minha tese de doutoramento, que pretendeu tratar sobre a “transição da juventude à idade adulta” e acabou por descobrir, nas palavras bem colocadas de um dos interlocutores e que intitulou o trabalho final que “a transição é a vida inteira”.

A pesquisa para a tese foi feita com jovens “em transição” para a vida adulta e adultos que tinham filhos/as que estariam neste período de transição. Seis trajetórias foram exploradas de forma mais intensiva, sendo um homem e duas mulheres adultas (a geração parental) e um jovem e duas jovens (a geração em transição). Percebeu-se que havia diferenças consideráveis na forma como as duas gerações percebiam a assunção à vida adulta, o que colocou questões sobre o curso da vida e a forma como percebemos as idades, dependendo de nossa condição etária, além da influência dos contextos neste período da vida. A noção de gênero perpassou todo o trabalho, sendo uma noção útil para pensar, em analogia, o caráter relacional das idades, ainda que o texto final não tenha ressaltado as diferenças entre as transições de homens e mulheres.

Entretanto, embora a pesquisa tenha sido feita com homens e mulheres, *jovens* “em transição” para a adultez e *adultos* pais e mães de filhos jovens-adultos, algumas questões teóricas podem ser bem aplicadas para pensarmos o curso de vida feminino na contemporaneidade. Neste sentido, trago aqui algumas pistas sobre um conceito muito referenciado, mas que tem sido pouco problematizado.

Quando se fala em transição, supõe-se que se fala da passagem de um estágio, status ou papel social para outro. Isto tanto é pertinente nos estudos antropológicos clássicos sobre ritual quanto na abordagem de períodos do curso da vida atual, como é o caso da transição da juventude para a idade adulta. No entanto, pude observar que meus interlocutores não percebiam suas trajetórias de vida como compostas por fases ou etapas distintas, antes

como um *continuum* de micromudanças constantes, que não eram privilégio ou desvantagem de uma determinada idade.

Iniciarei a reflexão falando sobre a transição à adultez como um fenômeno social. Depois, retomarei um pouco da discussão sobre o conceito antropológico de transição. Finalmente, tecerei algumas considerações sobre o tempo no/do curso da vida, a partir de algumas narrativas de meus interlocutores na pesquisa.

A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA COMO FENÔMENO SOCIAL

As sociedades urbanas contemporâneas têm observado um fenômeno que tem sido chamado de “prolongamento” da juventude. As pessoas estão vivendo mais tempo na casa de seus pais, conquistando a estabilidade profissional e financeira mais tardiamente, assim como se casando e tendo filhos mais tarde. Este aspecto bem geral ficou evidente nesta pesquisa na qual entrevistei duas gerações distintas. A precariedade do mundo do trabalho e a maior autonomia dos jovens no exercício de sua sexualidade são apontadas como as principais causas para os jovens estarem demorando mais tempo para a assunção do status de adulto.

Mas outras questões se mostram pertinentes. Os jovens que passam mais tempo na casa de seus pais se veem como sendo mais “jovens” e menos “adultos” do que aqueles que estabeleceram um novo domicílio? Aqueles que retornam à casa dos pais após terem tido sua própria casa se sentem como tendo se tornado mais jovens novamente? Dito de outra maneira, de que forma pensar em juventude e adultez como etapas distintas do curso da vida, com início e fim mais ou menos identificáveis (seja através de eventos, seja através de elementos mais subjetivos), faz sentido para estes jovens-adultos? De que maneira as diferentes formas de se assumir a adultez – pois as trajetórias que conheci durante a pesquisa sempre revelavam esta diversidade – nos colocam questões sobre o que é ser adulto? Como os jovens em transição para a adultez se classificam etariamente? O que eles entendem sobre sua juventude e sua adultez? Como definem cada idade da vida – o que entendem sendo próprio da juventude e sendo próprio da adultez? Como eles percebem sua transição (se é que se identificam enquanto estando em uma fase de transição)? Enfim, quando falam em idades da vida como a juventude e a adultez, que dimensões estão

implicadas; qual o papel de outras categorias classificatórias, como sexo/gênero, raça/etnia, classe social? Neste sentido, o que uma perspectiva antropológica poderia estar trazendo de novo para contribuir neste debate é justamente partir das “categorias nativas”, teorizar a partir da perspectiva dos agentes deste fenômeno.

A partir do olhar “nativo”, a própria ideia de “transição” precisa ser equacionada de forma cuidadosa. Pode-se perceber, colocando-se frente a frente os discursos de duas diferentes gerações, que a ideia de que existe um período da vida em que se passa de uma condição de jovem para outra de adulto é muito mais clara para aqueles que estão atravessando este período atualmente. Os pais, sejam os que definem um evento pontual a partir do qual passaram a se sentir adultos, sejam aqueles que não conseguem identificar esta transição em um período de suas vidas, parecem não ter um discurso sobre a transição nos mesmos termos que os seus filhos. Estas pistas indicam, eu imagino, que a construção da *transição à vida adulta* enquanto “problema social” ou “problema de pesquisa” (a ponto de merecer uma sigla, nos estudos sociológicos, TVA) ou ainda objeto da literatura de autoajuda, são fenômenos mais ou menos recentes, certamente com a marca de um determinado tempo, lugar e cultura.

Colaboram para que a transição para a adultez seja percebida enquanto um *fenômeno* algumas mudanças relativamente recentes ocorridas na sociedade ocidental. Uma delas diz respeito às mudanças no mercado de trabalho, que se torna mais instável, com as carreiras profissionais mais fragmentadas e incertas. Percebe-se que a transição ao mercado de trabalho exige, atualmente, muito mais qualificação, principalmente para atividades especializadas ou de formação superior nas quais o diploma universitário deixa de ser um passaporte de inserção profissional. Alguns interlocutores percebem que a geração que ingressou no mercado de trabalho nos anos 70 ou 80 conseguiu postos estáveis com o diploma secundário ou a graduação. Hoje, seus filhos não conseguem ter seus cursos superiores valorizados da mesma forma – até porque ter uma faculdade não é mais um privilégio de tão poucos como o era há algumas décadas. O resultado é que se precisa ter cada vez mais qualificação para a ocupação de postos cada vez mais precários. Ou seja, tanto o mercado de trabalho como a formação profissional passaram por mudanças, no que pese o número cada vez maior de faculdades particulares contribuindo para que o curso

superior tenha, cada vez mais, o caráter de formação técnica que as escolas profissionalizantes tinham há algum tempo atrás.

Relacionado a estas mudanças no mercado de trabalho, pode-se pensar a respeito do poder aquisitivo (notadamente das camadas médias). Aqui, é-me difícil afirmar se esta classe tem maiores dificuldades de conseguir atingir a independência financeira ou se os padrões de consumo e as “necessidades” é que já não são as mesmas. O caso de Vitória é interessante neste sentido, quando ela fala de como não tinha condições de sair da casa dos pais, mas, por outro lado, enumera uma série de necessidades que lhe são impostas por sua classe social e que não o eram para os seus pais. Os estilos de vida mudaram, e, conseqüentemente, as necessidades de consumo e os níveis de renda para atender a estas necessidades.

Também a *família* não é mais a mesma. *Grosso modo*, a geração de pais que foi entrevistada tinha o casamento como o corolário principal da independência afetivo-sexual: mais que esperado, o casamento era praticamente inevitável, como apontou Dona Sílvia. Além da obrigação de se casar, disse Bruna, a geração de seus pais tinha a obrigação de se manter casada. A popularização do divórcio pode ser percebida como a transição para um novo sentido do casamento como uma relação que deve ser mantida enquanto tiver valor para ambos os indivíduos. Mais que uma desvalorização do casamento, pode-se pensar na valorização de um tipo de relacionamento que se espera que seja mantido enquanto houver um sentimento (amor, lealdade, mas não apenas isto) compartilhado entre o casal.

Podemos dizer, neste sentido, que paralelas às dinâmicas do mercado de trabalho e da família, as relações entre os indivíduos se estabelecem de forma diferente assim como os espaços destinados aos gêneros se reconfiguram. Em especial, o lugar da mulher na vida social se dinamizou em grande medida nestas últimas décadas. As gerações de jovens dos anos 60 e 70, por exemplo, ainda vivenciavam um contexto em que o lugar da mulher era, muito mais inequivocamente, o espaço doméstico. E ainda que elas ingressassem no mercado de trabalho formal, o lugar de mãe e esposa era muito mais dado do que o é hoje.

Um outro aspecto a se notar é a tão percebida desvalorização ou dissolução de certos *rituais* que eram marcadores da passagem de uma idade a outra da vida. A formatura da faculdade não tem mais o mesmo sentido, na medida em que não engendra uma nova

condição para os formandos. O casamento religioso ou civil não tem a mesma importância quando os casais experimentam formas diversas de relações pré-maritais como a co-habitação. O primeiro emprego não parece ser muito percebido como tendo mudado a forma como os jovens se percebem em sua condição de idade, até mesmo porque, na maior parte das vezes, experimenta-se empregos precários ou uma série de posicionamentos do tipo “estágio”, paralelamente à formação.

A centralidade dada, por muitos estudos, nos eventos constituintes da aquisição do *status* de adulto precisa, assim, ser redimensionada. Trata-se, por um lado, de relativizar o papel que o casamento, o estabelecimento de um novo domicílio ou a inserção no mercado de trabalho têm na transição à adultez e, por outro lado, para além disto, é preciso repensar a definição feita *a priori* destes eventos definidores da aquisição do *status* de adulto, já que têm diferentes importâncias para cada jovem adulto e que a identificação do momento certo de sua ocorrência às vezes é de difícil precisão. Assim, acredito que a abordagem através destes eventos deva ser equacionada com a das expectativas e subjetividades que os norteiam (JOHNSON-HANKS, 2002; PAIS, 2003; RAMOS, 2006).

A transição da juventude à adultez parece ganhar, assim, uma existência própria, quase se transforma ela mesma em uma idade, na medida em que os sentidos dados à juventude e à idade adulta não são mais tão unívocos. Talvez o que todas estas mudanças podem estar indicando é que é cada vez mais difícil delimitar o início e o fim de cada idade da vida. Mais que etapas estanques, falamos da vida como uma transição, um *processo* (FEATHERSTONE, 1994) de autoconstrução, aprendizado, micromudanças (RAMOS, 2006) e acúmulo de experiências.

Para além disso, observar este momento específico do curso da vida me fez perceber que a idade enquanto construção social é uma categoria muito mais complexa e multidimensional do que pode parecer à primeira vista. Nas definições sobre o que é juventude e adultez, a idade aparece enquanto categoria social, biológica e cronológica. Quando nos apoiamos nas narrativas sobre trajetórias de vida e nas classificações “nativas” sobre o tema, somos levados ao encontro de ideias sobre qualidade de vida, dilatação do período reprodutivo, responsabilidade, autonomia, independência etc. e, sobretudo, à impossibilidade de se separar o “cultural” do “natural”, no que tange ao curso da vida e suas idades. As narrativas sobre trajetórias das duas gerações nos levam a pensar, por um

lado, a juventude e a adultez como algo além de idades da vida (no sentido de fases) e, por outro lado, as idades da vida como sendo definidas e marcadas tanto por fatores “naturais” como “socioculturais”. Remetem-nos, desta forma, a mais um debate clássico da Antropologia – o do par natureza/cultura – e para a necessidade de se pensar em uma abordagem que rompa com dualismos e classificações reducionistas.

A NOÇÃO DE TRANSIÇÃO E A ANTROPOLOGIA DAS IDADES DA VIDA

Noção central para a área da Antropologia voltada ao estudo dos rituais cuja trajetória se confunde com a própria história da disciplina, o *conceito de transição* pode ser questionado quanto a sua aplicabilidade para se pensar a passagem de uma idade a outra do curso da vida na contemporaneidade.

Seja por pensar os rituais como eventos importantes para a transição de um status a outro de um indivíduo, seja por tomar os próprios rituais como uma sucessão ordenada de eventos, por trás dos estudos clássicos, está, claramente, colocada a ideia de transição como passagem de uma etapa a outra. É neste sentido que se justifica perguntar sobre o que significa falar em um período de transição ao mesmo tempo em que se defende os limites da abordagem do curso da vida como uma sucessão de etapas. O que estaria significando, então, transição, se não o período liminar entre uma etapa e outra? Como identificar um período de transição quando a assunção à vida adulta parece se prolongar cada vez mais, deixando de ser marcada por eventos decisivos?

Arnold van Gennep, ao falar dos ritos de passagem, ressaltou a existência de um período liminar, que ele chama de margem, que estaria presente em todos estes ritos, como uma fase intermediária entre a anterior separação e a posterior agregação. Nas palavras do autor, quando fala da passagem de um indivíduo por uma fronteira entre dois territórios sagrados:

qualquer pessoa que passe de um [território] para outro acha-se assim, material e mágico-religiosamente, durante um tempo mais ou menos longo em uma situação especial, uma vez que flutua entre dois mundos. É esta situação que designo pelo nome margem e um dos objetivos do presente livro consiste em demonstrar que esta margem, simultaneamente ideal e material, encontra-se, mais ou menos pronunciada, em todas as

cerimônias que acompanham a passagem de uma situação mágico-religiosa ou social para outra. (VAN GENNEP, 1978 [1909], p. 36).

O modelo de van Gennep é levado adiante por outros antropólogos, dentre eles Victor Turner, que se debruçou mais detidamente sobre este período liminar, associando-o a um “modelo de correlacionamento humano” que denomina de *communitas*. A *communitas* corresponderia a “um ‘comitatus’ não-estruturado, ou rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado, uma comunidade, ou mesmo comunhão, de indivíduos iguais que se submetem em conjunto à autoridade geral dos anciãos rituais”. Justaposto e alternante a este modelo, teríamos aquele outro “da sociedade tomada como um sistema estruturado, diferenciado e frequentemente hierárquico de posições político-jurídico-econômicas, com muitos tipos de avaliação, separando os homens e as mulheres de acordo com as noções de ‘mais’ ou de ‘menos’” (1974, p. 119).

É certo que nestes ritos de passagem estão imbricadas categorias classificatórias importantes de nossa cultura, como a diferenciação de gênero. Tomemos como exemplo os rituais femininos da maternidade, como o próprio parto. As mulheres passam pela transição para o status de mãe através de ritos que dizem muito sobre nossa sociedade e seus poderes – e a crescente denúncia da violência obstétrica vem reforçar este sentido. Aqui não me refiro nomeadamente à “obrigatoriedade” de maternidade, embora saibamos, e minhas interlocutoras tenham se referido a isto, que existem fortes expectativas para que as mulheres, a partir de determinada idade, sejam mães (em uma ordem absolutamente diferente a qualquer pressão possível relacionada aos homens e às expectativas da paternidade), mas, mais especificamente, ao fato que a opressão das mulheres está presente nos rituais de saúde reprodutiva.

Os indivíduos que compartilham uma posição de liminaridade poderiam ter, segundo Turner, formas intensas de agregação. A partir do caso dos Talensis, diz Turner:

[...] resumindo, diremos que em determinadas crises da vida, a adolescência, a chegada da velhice e a morte, variando em significação de cultura para cultura, a passagem de uma condição estrutural para outra pode ser acompanhada de um forte sentimento de ‘bondade humana’, um sentido do laço social genérico entre todos os membros da sociedade [...] independentemente das afiliações subgrupais ou da ocupação de posições estruturais. (TURNER, 1974, p. 142).

Roberto DaMatta faz uma releitura crítica da ideia de liminaridade apresentada pelos estudos simbólicos de Victor Turner, Mary Douglas e Edmund Leach. Segundo o autor:

o que mais chama a minha atenção na obra desses mestres é a sua leitura da liminaridade como algo invariavelmente paradoxal, ambíguo e, no limite, perigoso e negativo; isto é, como um estado ou processo que desafia um sistema de classificação legalisticamente concebido ou fixo, indiscutível e construído por categorias isoladas. Enfim, algo que – tal como ocorre com a concepção de sociedade puritana e com os esquemas burgueses dos quais esses autores são parte – não admite o mais-ou-menos, a indecisão, o adiamento e, acima de tudo, o hibridismo, ou seja, a ausência de compartimentalização e de indivisibilidade. Para esses antropólogos, o ambíguo é todo objeto, ser ou instituição situada simultaneamente em dois campos semânticos mutuamente excludentes. (DAMATTA, 2000, p. 13).

Pensando o carnaval brasileiro como um exemplo que contraria a noção de antiestrutura de Turner, pois “domestica, aristocratiza e hierarquiza a competitividade, fazendo com que ganhadores e perdedores se liguem entre si como grupos e entidades especiais” (DAMATTA, 2000, p. 13), o autor se pergunta:

[...] como, então, tomar o limem e o paradoxal como negativos em sistemas relacionais, como o Brasil, uma sociedade feita de espaços múltiplos, na qual uma verdadeira institucionalização do intermediário como um modo fundamental e ainda incompreendido de sociabilidade é um fato social corriqueiro? (DAMATTA, 2000, p. 14).²

Outra questão que DaMatta coloca, se relaciona ao modo como a liminaridade é caracterizada nos trabalhos como o de Turner e de outros mestres de uma “antropologia da ambiguidade”, relacionando-a com os seguintes fatores: 1) pela evasão da estrutura jurídico-política cotidiana e suas classificações binárias; 2) pela associação com a morte para o mundo; 3) pela impureza; 4) pela identificação com objetos ou processos antissociais ou “naturais”; 5) pelo uso de línguas secretas, estranhas e/ou especiais; 6) pela

² Para DaMatta (2000), em uma sociedade em que pontos críticos da sociabilidade são constituídos por tipos liminares como o mulato; o despachante; a(o) amante; o(a) santo(a), o orixá, o ‘espírito’ e o purgatório; a reza, o pedido, a cantada; a varanda, o quintal, a praça; o “jeitinho”, o “sabe com quem está falando?” e o “pistolão”; a feijoada e o cozido; etc. não podemos ter horror ao intermediário e ao misturado.

invisibilidade social; 7) pela associação com seres bi ou transexuais ou com animais que sinalizam estados negativos e abomináveis; e 8) pelos ordálios como a circuncisão, a subincisão, a supressão do clitóris ou testes físicos impossíveis nos quais o fracasso é ridicularizado (DAMATTA, 2000, p. 15).

Além de discutir sobre a leitura negativa que os autores clássicos fazem dos períodos liminares, DaMatta traz novos elementos para pensarmos a relação liminaridade-individualidade, que retomo aqui por acreditar que está bem articulada com o contexto estudado:

[...] meu argumento central é o seguinte: o que caracteriza a fase liminar dos ritos de passagem é a experiência da individualidade vivida não como privacidade ou relaxamento de certas regras (pois o neófito está sempre sujeito a inúmeras regras), mas como um período intenso de isolamento e de autonomia do grupo. Mas, o que temos aqui é a experiência com a individualização como um estado, não como uma condição central da condição humana. Ou seja, a individualização dos noviços nos ritos de passagem não envereda pelo estabelecimento de uma ruptura, por meio da ênfase extremada e radical em um espaço interno ou em uma subjetividade paralela ou independente da coletividade; antes, pelo contrário, essa individualização é inteiramente complementar ao grupo. Trata-se de uma autonomia que não é definida como separação radical, mas como solidão, ausência, sofrimento e isolamento que, por isso mesmo, acaba promovendo um renovado encontro com a sociedade na forma de uma triunfante interdependência quando, na fase final e mais básica do processo ritual, os noviços retornam à aldeia para assumir novos papéis e responsabilidades sociais. (2000, p. 17).

A ideia de que a individualização dos noviços não é marcada por uma ruptura com um grupo, mas lhe é complementar, pode ser associada pelo menos a um dos domínios atuais da transição da juventude à idade adulta: aquele da transição ao mundo do trabalho – através de arranjos bem convenientes para a instituição do trabalho, como, por exemplo, os estágios não remunerados ou mal pagos, sem os benefícios trabalhistas. Além disto, há de se notar que as experiências dos jovens, por mais que sejam comuns a muitos deles, como a instabilidade na carreira, as inseguranças em outros domínios da vida por conta desta instabilidade etc., são vistas como sendo questões individuais. Caberia a cada indivíduo “resolver” a sua entrada no mundo do trabalho e na vida adulta.

DaMatta parece ainda inverter o esquema proposto por Turner, ao pensar que é uma experiência de individualização extremada à qual o neófito é submetido que marca sua situação de liminaridade, e não o contrário.

[...] quero sugerir que o traço distintivo da liminaridade é a segregação de uma pessoa (ou de uma categoria de pessoas, tratadas como corporação social ou mística) dos laços sociais imperativos, liberando-a temporariamente das suas obrigações de família, linhagem, clã ou aldeia, o que a transforma temporariamente em indivíduo fora-do-mundo. [...] É precisamente essa ‘desclassificação’ constituída pela rejeição do mundo que possibilita a constituição de uma sociabilidade inusitada e distinta, criando novas experiências fundadas em uma ‘liberdade’ que se nutre da experiência da individualização. (2000, p. 20).

DaMatta continua:

[...] meu ponto central, então, é que a liminaridade dos ritos de passagem está ligada à ambiguidade gerada pelo isolamento e pela individualização dos noviços. É, portanto, a experiência de estar fora-do-mundo que engendra e marca os estados liminares, não o oposto. Em outras palavras, a liminaridade e as propriedades nela descobertas por Turner não têm poder em si mesmas. Mas é a sua aproximação de estados individuais que faz com que os noviços se tornem marginais. É, em uma palavra, a individualidade que engendra a liminaridade. (2000, p. 23).

Eu posso relacionar este argumento de que a individualização dos noviços é o fator que engendra sua liminaridade com a leitura dada por um livro de autoajuda aos desafios da assunção da adultez. Em *A crise dos 25: como lidar com os desafios da transição para a vida adulta*, das jornalistas Alexandra Robbins e Abby Wilner, o que seria específico das crises enfrentadas pelos jovens em transição à adultez é, justamente, este não compartilhamento de sua situação liminar com outros indivíduos. Para as autoras, os jovens adultos enfrentam uma crise que “não é reconhecida por pais e amigos” (2004, p. 19-20), ou seja, embora não seja uma individualização institucionalizada, ela pode ser observada em nosso contexto. Isto provavelmente ocorre pelo fato de este período do curso da vida ter ganhado contornos mais específicos nestas últimas gerações – não haveria mesmo como compartilhar com os pais uma crise que eles próprios talvez não tenham experimentado com a mesma intensidade.

Considerando que a própria ideia de transição é uma das imagens mais difundidas sobre a juventude (que representaria uma fase intermediária entre a infância ou adolescência e a adultez), podemos pensar algumas formas de associação juvenil como estando relacionadas com essa “desclassificação” que (não) define o não-mais-criança e o ainda-não-adulto. Para Camarano et al., evocando Casal (1988):

[...] tomar a juventude como transição permite incorporar ao discurso da juventude os conceitos de processo, transformação, temporalidade e historicidade. Desse modo, coloca-se em evidência que a realidade juvenil é determinada por processos de transição desiguais, em que trajetórias diferenciadas exercem papéis diferenciados sobre as diversas maneiras de ser jovem. (2004, p. 18).

O risco de pensar a juventude a partir da ótica da transição reside em esvaziar os ricos sentidos das construções dos jovens, pois estes mesmos estariam sendo pensados como os adultos que ainda não são ou as crianças que eles não são mais. Neste sentido, tomo não apenas a juventude como um período transitório, mas todo o curso da vida como um processo (FEATHERSTONE, 1994) em que podemos registrar diferentes idades como detentoras de valores, ideologias, normas de comportamento e responsabilidades diferentes, embora relacionados entre si, construídos mutuamente e em constante dinâmica.

Podemos falar em transição da juventude para a adultez, assim, no sentido de que socialmente têm-se ideias relativas à juventude e à adultez como períodos do curso da vida (embora estas não sejam as únicas ideias), podendo-se identificar os indivíduos como sendo jovens, adultos ou como passando por um período intermediário – liminar – entre estas duas idades da vida. Também podemos assumir que o período de transição (esse processo) é significativo e merece ser compreendido, inclusive porque pode nos dizer muito sobre o que significa ser jovem e ser adulto em nossa sociedade e sobre as formas diversas como o curso da vida é cronologizado.

É preciso, também, atentar para o fato de que algumas diferenças que eram bastante marcadas entre as diferentes idades da vida têm se tornado cada vez mais tênues. As roupas, adereços e lazeres juvenis são compartilhados com outras idades. Os jovens permanecem mais tempo na casa de seus pais, sem deixar de experimentar certa independência e autonomia, além de certas responsabilidades tidas tradicionalmente como sendo próprias da idade adulta. A própria ideia de que eventos apontados pela literatura

como sendo marcos na assunção da adultez serem cada vez menos definitivos coloca em xeque o quão definidores seriam estes eventos para o status etário do indivíduo ou o quão válidos eles seriam para servir como limiar para os pesquisadores apontarem o momento da “transição”.

Poderíamos questionar, neste contexto, se é válido falarmos de uma transição de uma idade a outra. Penso que a aplicação da noção de transição só faz algum sentido se a desvincularmos de uma dualidade entre a juventude e a adultez para as quais ela serviria como uma ponte. Se o processo de assunção da adultez se torna mais frouxo, se os limites entre as idades ficam mais fluidos, é preciso buscar por formas de entender a transição vendo-a também como um processo rico em si mesmo. As concepções dos meus interlocutores tendiam muito mais a ver a vida como um processo contínuo, não necessariamente composto por diferentes e distintas fases. Adiante ficará mais claro, a partir das falas dos jovens-adultos, como a ideia de transição precisa ser pensada de forma cuidadosa, em um contexto em que a vida toda parece tomar o sentido de uma transição – com as incertezas, inseguranças e crises que parecem estar relacionadas às situações de liminaridade (BAUMAN, 2007; LECCARDI, 2005).

É preciso, por exemplo, deter-se no caráter mais subjetivo desta transição à adultez. Jennifer Johnson-Hanks (2002) chama a atenção para a extrema variabilidade dos eventos da vida (no tempo, no espaço, mas, também, em ordem e sincronização). Por causa desta variabilidade, sugere que nos afastemos da reflexão sobre os eventos de transição como sendo o que organiza as vidas dos indivíduos. Em lugar disto, a autora propõe o foco nas instituições e aspirações, reconhecendo que estas aspirações são múltiplas, mutáveis e aplicadas em uma variedade de enquadramentos temporais. Ela se refere ao exemplo da sociedade dos Beti na qual não há rituais que marquem a passagem de uma jovem para a adultez: para Johnson-Hanks, antes de sugerir que as etapas da vida destas mulheres sejam definidas pela procriação isto indica que a vida delas é que não é organizada por etapas.

Segundo Johnson-Hanks (2002), entre os Beti, o tempo social de eventos como deixar a escola, casar-se e ter filhos é sistemático e o sistema simplesmente não é o de etapas. As consequências dos eventos da vida estão pautados nos tipos potenciais de futuros que eles, os eventos, podem ser mobilizados para autorizar. Dar à luz pela primeira vez não é uma transição estandardizada da adultez feminina, mas um *nexus* de potencial social

futuro: uma conjuntura vital. Esta ideia é bastante interessante por reposicionar uma dualidade que nunca deixa de estar presente nos estudos sobre idade – entre natureza e cultura – já que o aparato biológico do ser humano nunca deixa de ser um símbolo poderoso com o qual se tem que lidar de alguma forma. A teoria feminista também já se debruçou sobre estas noções, questionando a relação comumente feita entre mulher e natureza, de um lado, e entre homem e cultura, por outro. Em minha pesquisa, percebi que ter um filho era um destes símbolos poderosos, compartilhado tanto entre as mulheres quanto os homens. Algo de diferente ocorreria a suas vidas com as experiências de maternidade e paternidade e isto dizia respeito a se perceber como adulto a partir deste evento.

O conceito analítico de conjuntura vital de Johnson-Hanks (2002) se refere à zona de possibilidades socialmente estruturada que emerge em torno de um período específico de transformação potencial na vida ou nas vidas. É uma configuração temporária, de possível mudança, uma duração de incerteza e potencial.

Johnson-Hanks (2002) toma o termo conjuntura de Bourdieu, que o emprega para expressar as condições relativamente de curto prazo que manifestam a estrutura social e servem como matriz para a ação social. Para Bourdieu (apud JOHNSON-HANKS, 2002), a conjuntura é o efetivo contexto de ação, é o lugar onde o *habitus* é produzido e suas consequências são postas em vigor. O uso que Johnson-Hanks (2002) faz da noção enfatiza seu caráter dual: as manifestações de recorrência sistemática e os contextos de uma única possibilidade de orientação futura. Já o termo *vital* é tomado pela autora do termo demográfico evento vital, que se refere a qualquer ocorrência relacionada com a entrada ou saída de um indivíduo na vida e as mudanças de estado civil, tais como nascimento, morte, casamento e mudança de residência.

Conjunturas vitais são nós vivenciais durante os quais os futuros potenciais estão em debate e em disputa. Pensa-se sobre o futuro: o fluxo de eventos por vir, a pessoa futura, o leque de identidades possíveis – será que vou ser uma boa esposa? uma mãe honrosa? um aluno superdotado? um comungante devoto? São estes futuros potenciais, estas possibilidades estruturadas que orientam e motivam as formas de ação que a autora chama de “horizontes de conjuntura”. Estes horizontes são específicos para cada situação: o que parece ser uma perspectiva esperançosa agora, pode ser encerrada amanhã sem aviso e um

outro potencial futuro pode se abrir. Eles também são específicos para uma posição em perspectiva ou agente. Não só os diferentes atores sociais têm acesso a diferentes tipos de conhecimento sobre a situação, mas também os interpretam de forma diferente (JOHNSON-HANKS, 2002, p. 872).

Também Elsa Ramos prefere olhares diferentes para pensar a condição de jovens-adultos que residem como seus pais, para além da abordagem dos eventos ou de passagem e transição a partir destes. A autora enfoca “as transformações microscópicas e progressivas nas relações intergeracionais”, antes da “passagem por patamares muito estanques, como término dos estudos, decoabitação, formação de um casal” (2006, p. 45) e justifica sua posição a partir de três argumentos. O primeiro é que os estudos sobre a “passagem à idade adulta” pressupõem uma institucionalização do estatuto “jovem” pelo grupo, bem nos moldes dos ritos de passagem das sociedades tradicionais, que fariam a transição de uma etapa a outra da vida, todas bem delimitadas. As características destes ritos – “têm propriedades morfológicas, contêm uma dimensão coletiva, exercem-se num campo específico marcado por rupturas e descontinuidades, e são momentos críticos, tanto em termos individuais, quanto em termos sociais” (RAMOS, 2006, p. 45) – fazem a autora questionar sua operacionalidade para pensar a situação dos jovens adultos que moram hoje com seus pais.

Na coabitação intergeracional, as micromudanças observadas não podem ser definidas como rituais, na medida em que não possuem estas características. Se a validação por “um outro” é um componente deste processo, ela não possui a dimensão coletiva. A legitimidade da definição de si como adulto se encontra no lugar que os pais progressivamente reconhecem aos seus filhos, enquanto os pais são também “outros significativos” (BERGER; KELLNER, 1988 apud RAMOS, 2006, p. 45-46) que permitem esta evolução do lugar de cada um na relação. As ações que acompanham essas micromudanças e que podem ser simbólicas aos olhos dos atores, buscam esta dimensão no sentido que lhe confere o jovem adulto e naquilo que ele desenvolve para transmitir este sentido aos outros. Enquanto nos ritos o sentido vem do coletivo e é predeterminado, neste caso, o sentido é definido pelo indivíduo e fabricado numa interação em que cada um dos pais é um interlocutor singular e em que a dimensão do grupo familiar cede lugar às negociações interindividuais.

Faria sentido, aqui, citar o modo como Bruna diz se sentir por voltar a morar com a mãe – voltando a ter a vida que tinha quando “era pirralha” e sendo tratada como se fosse “criança” – que contribui para que ela tenha a sensação de um “retrocesso” em sua vida. Além disto, talvez boa parte dos jovens experimentem uma assunção gradual de responsabilidades como administrar seu espaço, cuidar de sua própria alimentação, dimensões, mais do que de independência, de autonomia, no sentido do indivíduo caminhar para saber “funcionar” sozinho. Quando perguntei a Tiago de que forma fazia sentido pensar a fase atual de sua vida em termos de transição, ele remeteu justamente ao que Elsa Ramos chama de micromudanças, lembrando bastante a reflexão da autora: *“não é de uma hora pra outra que mudou aqui, mudou a minha vida, não, ela sempre foi devagarzinho, assim, mudando”*. Em outras conversas nossas, Tiago falou sobre cozinhar sua própria comida, mas, como estava com um problema digestivo, ele preferia ir almoçar na casa da avó onde se preparava alimentos mais saudáveis. Esta assunção gradual da autonomia pode, assim, admitir idas e vindas, mediante um aporte familiar que continua bastante presente.

O segundo argumento de Ramos (2006) diz respeito à “dessincronização dos patamares” que definiriam a passagem à idade adulta. A autora toma os estudos de Olivier Galland, que teria introduzido a ideia de “descontinuidade em uma concepção de linearidade temporal, social e familiar”, ou seja, as diferentes etapas da passagem à idade adulta não ocorrem mais na mesma ordem nem ao mesmo tempo. Acontece que a posição de Galland, para a autora, persiste na análise em termos de fases e etapas (tal qual o faria van Gennep). Para a autora,

O declínio dos ritos de passagem e o prolongamento da juventude colocam a questão de saber se é possível continuar a considerar as transições como transições, já que se prolongam: como distinguir a etapa da transição? E a transição pode ainda ser definida como uma etapa? (RAMOS, 2006, p. 46)

Para Ramos, análises de “rupturas” institucionais como a de Galland são adequadas para se pensar a aquisição de independência mas não a construção da autonomia, em cuja perspectiva o sentimento de realização pessoal seria mais importante que a passagem de patamares.

O terceiro argumento da autora diz respeito aos “limites da análise em termos de passagem à idade adulta”. Aqui, a dificuldade seria identificar o exato momento em que se dá a separação. Se os indivíduos se percebem como sendo jovens e adultos ao mesmo tempo e têm dificuldade em se pensar em marcadores formais para a passagem de uma idade a outra, isto nos remete para a ideia de que juventude e adultez, enquanto idades da vida, não são percebidas como etapas ou fases distintas. Assim, estudar a transição entre estas idades significa redirecionar um pouco a transição – até porque descartá-la seria como “jogar fora o bebê com a água do banho”. Aliás, juventude e adultez, em suas múltiplas dimensões, significam também outras coisas para além de idades, às vezes se aproximando mais a estilos de vida, comportamentos ou formas de se posicionar diante da vida.

Passemos, então, a algumas colocações que me fazem refletir de que modo a noção de transição faz algum sentido para pensar o período do curso da vida dos jovens com os quais dialoguei e em outras proposições que nos fazem ressignificar o que poderíamos entender por transição, colocando, assim, em xeque, as conclusões tipológicas de muitos estudos sobre este processo.

A transição à adultez como algo significativo surge da comparação entre as duas gerações com as quais trabalhei. Tenho subsídios para pensar, a partir das entrevistas que fiz, que a percepção desta fase do curso da vida mudou nas últimas décadas. Pode-se dizer que, na geração dos filhos, os jovens-adultos, é compartilhada uma ideia de que existem problemas que são próprios da fase que precede a plena assunção do status de adulto; que existe um sentimento de geração compartilhado entre aqueles que entram no mercado de trabalho e iniciam seus próprios núcleos familiares e que enfrentam questões parecidas por estarem fazendo-o contemporaneamente.

Os pais destes jovens-adultos contam suas trajetórias particulares e falam sobre questões que enfrentavam na época de suas vidas em que começaram a se sentir adultos. Eles não têm, no entanto, tantos elementos sendo compartilhados além do contexto sócio-econômico da época. Não há, entre os pais, o mesmo sentimento de que a transição à idade adulta é período potencialmente complicado, difícil da vida; há, sim, os relatos de dificuldades enfrentadas nas trajetórias individuais deles.

Surge, assim, a crise para a geração mais jovem, expressada nestes termos mesmo ou através de outras expressões que falam da angústia, da indecisão e da incerteza tanto com relação ao presente quanto ao futuro.

Sandra: [...] a gente tá numa idade que você já começa a ter suas vontades, só que você tá na casa de seus pais ainda, entendeu, aí, tipo, aí, você fica nessa encruzilhada, eu tenho que tomar uma atitude, não sei qual atitude eu tenho que tomar, não sei se eu tenho que tomar agora isso, se eu... também tem a questão de pouco tempo porque a gente tem a sensação que tem que ser agora, assim, que tem que tomar alguma decisão...

[...] que, de vez em quando eu penso nisso, eu tô com 23 anos, daqui a pouco eu tenho 30 e aí, como ele falou, certamente..., sei lá..., eu não sei quando é que eu vou me casar, entendeu, eu não sei como é que vai ser, eu não sei se eu vou ter dinheiro pra me casar, eu sei que já tá chegando a hora, né, todo mundo tá falando, assim, tipo, as pessoas começam a cobrar mais e tal, e você começa a cobrar mais de si, porque tem coisas que eu não reclamava na minha casa e hoje eu não suporto, assim, eu não suporto, é uma coisa que, vixe maria, eu adoro minha família, e tal, minha mãe e minha irmã, mas tem coisas que eu não suporto, eu fico imaginando “Ai meu Deus, se eu tivesse morando sozinha isso seria um problema a menos pra mim”, eu não teria, mas, aí, eu não tenho condições de morar sozinha e nem sei se eu quero morar sozinha agora, e você sente que tem que fazer alguma coisa, também, a gente tem que se preocupar em como é que você vai estar daqui a um ano, se você tem que aumentar seu salário, se você vai tá empregado, se você não vai tá, tem essa questão realmente de ser muito difícil, mais do que na adolescência, porque, na adolescência, não tem uma cobrança em cima de você, assim, você, pelo menos eu fui muito livre assim pra brincar e também na hora que eu quis parar de brincar e começar a namorar, não teve muita, mas não teve uma pressão como tem assim agora, uma pressão muito grande de você..., do seu inconsciente também, de você ficar pensando que tem que... é agora que é o momento...

Existe, assim, a sensação de que se está em um momento crucial da existência no qual se “tem que tomar alguma decisão”, “tem que fazer alguma coisa”, “tem que se preocupar em como é que você vai estar daqui a um ano”. E “tem que ser agora”. Há o sentimento de que toda a existência depende do que esteja sendo definido neste momento e

como os 30 anos parecem sempre ter o peso de um limite para a definição do futuro, quanto mais se aproxima deles, maior é a angústia.

Um aspecto novo que todos eles precisam lidar é que as cobranças agora são internas, não vêm mais dos pais ou professores, mas, principalmente, deles mesmos. Acho até que não seria exagero afirmar que havia um grande otimismo da parte dos pais entrevistados quanto ao futuro dos seus filhos – mesmo das mães de jovens que também foram entrevistados e que reportaram muito suas crises, indecisões, angústias e aflições com relação ao futuro. Voltamos, assim, ao aspecto individualizado deste momento, remetendo às colocações de DaMatta (2000). Podemos, ainda, relacionar esta sensação de ser o responsável por seu futuro ao processo de tomada de independência e, principalmente, de autonomia pelo qual eles estão passando neste período.

A assunção da adultez como sendo uma transição, por outro lado, precisa ser repensada, à luz das colocações de Ramos (2006), quando percebemos que, para alguns jovens, não há um momento de mudanças ou de definições e mudanças bruscas em sua vida, e sim “micromudanças” que se acumulam em toda a vida.

Tiago: Transição é... acho que..., a minha transição agora passou pelo momento de quando eu entrei na faculdade, assim, que você pensa muito: “Porra, eu vou começar com o trabalho da minha vida”. Quando você entra na faculdade, você tá estudando e tal, tá trabalhando, é uma transição, né, de jovem pra você quando é jovem não tem essa responsabilidade, quando você começa a morar sozinho, tudo isso é transição, eu não penso muito assim, “a minha vida tá mudando muito, sei lá” acho que não, que ela muda aos poucos, assim, não é de uma hora pra outra que mudou aqui, mudou a minha vida, não, ela sempre foi devagarzinho, assim, mudando, sempre mudando um fator ou outro, um outro lado, uma responsabilidade ou outra, agora que eu tô só, assim, eu tô começando a viver outras coisas, assim, eu mesmo faço minha comida, como eu tava fazendo...

Tiago cita vários eventos que poderiam ser vistos como compondo uma transição – entrar na faculdade, morar sozinho, cozinhar a sua própria comida, começar a trabalhar – mas também deixa claro que alguns destes eventos têm as suas idas e vindas, como a opção de voltar a almoçar na casa da avó quando aparece um problema digestivo (ele sabe que a comida que ele prepara não é tão saudável quanto a “de casa”). Não são, portanto, eventos definitivos que possam ser vistos como um divisor de águas. Tiago define muito bem a

ideia de micromudanças (a vida que “*muda aos poucos*”, “*um fator ou outro*”), dando um sentido à transição à adultez que poderia ser visto como sendo característico de toda a existência humana (este constante processo cumulativo).

Outra ideia para pensarmos a transição ou a existência de possíveis marcos para a entrada na vida adulta foi colocada por Sofia, que se percebe como uma mulher adulta já há algum tempo.

Elaine: E quando você acha que você começou a se sentir assim? Tem algum marco ou isso foi aos poucos? Como é que foi?

Sofia: *Não. Eu acho que se eu olhar pra trás eu vou encontrar assim um marco, mas quando eu estava vivendo essa transição eu não tinha consciência disso não, eu acho que foi quando eu comecei a trabalhar, depois que eu saí da faculdade eu ainda demorei dois anos pra começar a trabalhar, então, acho que foi isso nesse sentido de adulto, né?*

Nossas percepções sobre os diferentes momentos do curso da vida ou sobre as diferentes idades mudam conforme mudamos de condição etária e isto diz respeito ao aspecto relacional das idades da vida. Talvez os jovens que se percebem como estando hoje em uma “encruzilhada” ou “em crise”, ao passarem por mais algumas experiências, daqui a alguns anos darão outro sentido a estes momentos. Talvez outros, passado algum tempo, percebam que hoje estão passando por situações que representarão um marco muito mais significativo em suas trajetórias do que lhes parece atualmente. Este seria mais um dificultador de se abordar a chamada transição à vida adulta a partir da análise dos eventos de transição.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES (NÃO MUITO FINAIS) SOBRE A TEMPORALIDADE DO/NO CURSO DA VIDA

Pensando em termos de expectativas, alguns interlocutores falaram sobre idealizações que tinham sobre a idade que têm hoje, há alguns anos, e que não se concretizaram, como Sofia, que, há dez anos atrás imaginava que, em dez anos, seria uma advogada bem estabelecida. Vitória também falava, na nossa primeira entrevista, sobre a “urgência” que sentia em alcançar uma estabilidade econômica que viabilizasse a realização de alguns planos:

Vitória: [...] eu moro com os meus pais ainda, quando eu tinha 20, 21 anos eu achava que quando eu tivesse com 26, 27 eu já tava no meu apezinho, eu já tava com as minhas coisinhas, e isso não tá acontecendo, assim, não rolou ainda, não tenho condições de ir pra rua, eu não tenho condições financeiras de ir pra rua, morar só, assim, ter o que eu quero, e isso me dá uma certa frustração, por isso, eu digo que é uma crise, assim. Que meio que aquilo que eu idealizei que eu estaria fazendo com a idade que eu tô hoje não tá acontecendo. É outra vida que eu tô vivendo, assim. E aí me dá esse meu conflito.

Assim, nem no caso de Vitória nem no de Sofia, se pode falar em uma mudança de planos, mas no encontro de situações que lhes colocaram empecilhos para a realização das expectativas. Sofia, em sua fala, não explicitou que isto seria um motivo para se sentir em crise; Vitória, por outro lado, atrelava este descompasso entre o esperado e o (não) realizado à sua vivência particularmente complicada daquele momento de vida.

Já Tiago disse que tinha quase que como uma postura diante da vida não nutrir expectativas com relação ao futuro.

Tiago: *Eu nunca fui de criar expectativa assim de muita coisa não, sempre fui mais cada dia, cada dia assim... já é uma forma de não ficar mal assim, não decepcionar muito com certas coisas, você esperar muito uma coisa que, chega na hora, não acontece, porra, eu nunca, desde pequeno que eu nunca fui de esperar muito assim não, sempre eu esperei muito pela... coisa mais pior que ia acontecer, assim, nem sempre vou esperar pelo pior não, mas sempre tem o pior...*

Pimenta interpreta o “não pensar no futuro, seja por hábito, por impossibilidade de fazê-lo ou por opção deliberada” como “uma estratégia para lidar com a incerteza e a insegurança acerca dos resultados das próprias ações” (2007, p. 158). Leccardi considera que as novas condições temporais do agir não estariam sendo adequadamente discutidas na reflexão sobre as construções biográficas juvenis. Para ela, é preciso interrogar “se e em que medida a relação entre projeto, tempo biográfico e identidade” teria validade na contemporaneidade, quando “o componente de incerteza tende a dominar e onde fermentam as vivências contingentes” (2005, p. 36).

Com efeito, quando a incerteza aumenta para além de certo limiar e se associa não apenas com a ideia de futuro, mas com a própria realidade cotidiana, pondo em causa a dimensão do que é considerado óbvio, então o “projeto de vida” tem seu próprio

fundamento subtraído. Além disto, quando a mudança, como ocorre em nossos dias, é extraordinariamente acelerada e o dinamismo e a capacidade de performance são imperativos, quando o imediatismo é um parâmetro para avaliar a qualidade de uma ação, investir em um futuro a longo prazo acaba parecendo tão pouco sensato quanto adiar a satisfação. Mais do que renunciar às recompensas que o presente pode oferecer, convém, então, estar treinado para “aproveitar o instante”, para não fechar a porta ao imprevisto, dispor-se mentalmente em termos positivos com relação a uma indeterminação carregada de potencialidade (LECCARDI, 2005, p. 36, grifos da autora).

Talvez tenha sido este movimento de “aproveitar o instante” que marcou a vivência da adolescência ou juventude de Bruna. Com 21 anos ela estava “simplesmente vivendo” e nem conseguia imaginar o futuro. Após 10 anos e a experiência de ter um filho, ela diz que “só vive pensando no futuro”:

Bruna: [...] Eu tinha 21 anos, pense, eu nem me imaginava não, Elaine. (risos). Oxe, tu acha? [...] Não me imaginava casada, não me imaginava ter filho, imaginava nada, assim, tava simplesmente vivendo. Não, não tava, as coisas aconteciam e eu tava ali, velho, o que ia acontecer depois (bate palma com verso da mão) tava nem aí, saca.

Elaine: Mas hoje tu já vive pensando no futuro?

Bruna: Eu só vivo pensando no futuro, é a única coisa que eu sei fazer hoje em dia, é pensar no futuro, eu não consigo mais pensar em nada, pô. Até por causa de Caio, né, e tudo que eu também quero dar a ele, ainda tem essa, você quer dar alguma coisa pra seu filho, entendeu, quer deixar, quer transmitir, quer ser aquela pessoa pro seu filho...

Podemos pensar, com Leccardi, que agora estamos falando de uma nova significação do futuro. A autora articula a noção de “diferimento de recompensas”, que talvez esclareça o momento atual da vida de Bruna, que se dedica aos estudos tentando alcançar alguma estabilidade que até então não conseguiu a partir das escolhas anteriores em sua vida. O diferimento de recompensas envolve “a repressão de impulsos hedonísticos, a determinação de adiar para um tempo vindouro a satisfação possível que o tempo presente pode garantir, em vista dos benefícios que esse adiamento torna possíveis” (2005, p. 35). Assim, se lida com uma rotina que não inclui todos os prazeres que poderiam ser desfrutados se não se estivesse buscando um “objetivo maior”. No caso de Bruna, a opção

de voltar à casa da mãe enquanto o companheiro volta a morar com a sua família representa o maior “sacrifício” em nome desta estratégia para um futuro melhor.

Outra dimensão que aparece na fala de Bruna é a maternidade. Ter um filho, para homens e para mulheres, era visto como um evento definidor do curso da vida. Era o momento em que se deixava de viver para si e passava-se a viver para outra pessoa. Esta experiência de cuidado do outro e de si também era possível na relação com os pais, quando se assumisse a atenção aos parentes idosos. Para as mulheres, no entanto, havia um marcador biológico importante relacionado à maternidade. A hora de ter filhos podia ser percebida como uma “pressão social”, como nas cobranças das mães para terem netinhos, principalmente a partir do momento em que a filha assumia um relacionamento estável. Também se percebia uma espécie de “apelo da natureza”, um momento ou período a partir do qual as jovens internalizavam um desejo de exercício da maternidade, como se estivessem biologicamente prontas. Não se trata, necessariamente, disto, já que o corpo da mulher está pronto para gestar muito antes deste momento. Trata-se de uma percepção, talvez essencializada, da maternidade como algo que é parte da natureza feminina – ainda que não obrigatória ou comum a todas as mulheres.

Ter um filho redirecionava um pouco as expectativas sobre o futuro. Bruna fala do desejo de que seu filho tenha admiração por ela. Talvez seja o principal motivo para ela dizer que “só vive pensando no futuro”.

Se o futuro é considerado a dimensão depositária do sentido do agir; se é representado como o tempo estratégico na definição de si, o veículo pelo qual, em direta ligação com o passado, a narração biográfica toma forma, o diferimento da recompensa pode, então, ser aceito. Nesta perspectiva, o futuro é o espaço para a construção de um projeto de vida e, ao mesmo tempo, para a definição de si: projetando que coisa se fará no futuro, projeta-se também, paralelamente, quem se será. Assim, diz Leccardi:

[...] a perspectiva biográfica à qual remete o diferimento das recompensas implica a presença de um horizonte temporal estendido, uma grande capacidade de autocontrole, uma conduta de vida para a qual a programação do tempo se torna crucial. O tempo cotidiano é cuidadosamente investido e desfrutado de modo análogo ao dinheiro; é programado, e seu uso, racionalizado. (2005, p. 36, grifos da autora).

Afinal, não estamos falando apenas do que vai acontecer com Bruna em um futuro, quando ela conseguir passar em um concurso público e cursar a faculdade dos sonhos. Estamos falando “daquela pessoa” que ela “quer ser para o seu filho”. Para isto, valem alguns esforços, como o ter que lidar com um contexto doméstico do qual ela já havia adquirido alguma independência e com o qual ela não deixa, vez ou outra, de se sentir incomodada.

A identidade pessoal, conseqüentemente, se constrói em relação a uma projeção de si no tempo vindouro (o que quero ser?) graças à qual não apenas o passado adquire sentido, mas também é tolerada uma eventual frustração que pode acompanhar as experiências do presente (LECCARDI, 2005, p. 36).

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

CAMARANO, Ana Amélia-et al. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. *Última década*, CIPDA Valparaíso, n. 21, p. 11-50, dez. 2004.

CASAL, Joaquim et al. Aportaciones teóricas y metodológicas a la sociología de la juventud desde la perspectiva de la transición. *Papers – Revista de Sociologia*, n. 79, p. 21-48, 2006.

DAMATTA, Roberto. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. *Mana* [online], v. 6, n. 1, p. 7-29, 2000.

FEATHERSTONE, Mike. O curso da vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento. Tradução Deborah Stuchi. In: DEBERT, G. (Org.). *Antropologia e velhice*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1994. p. 49-71. (Coleção Textos Didáticos 13).

FORTES, Meyer. Age, generation and social structure. In: KEITH, Jennie; KERTZER, David I. *Age and Anthropological Theory*. London: Cornell University Press, 1984.

JOHNSON-HANKS, Jennifer. On the limits of life stages in ethnography: toward a theory of vital conjunctures. *American Anthropologist*, v. 104, n. 3, p. 865-880, 2002.

KEITH, Jennie; KERTZER, David I. *Age and Anthropological Theory*. London: Cornell University Press, 1984.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. Tradução Norberto Luiz Guarinello. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005. <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a03v17n2.pdf>.

PAIS, José Machado. The multiple faces of the future in the labyrinth of life. *Journal of Youth Studies*, v. 6, n. 2, p. 115-126, 2003.

PIMENTA, Melissa de Mattos. “*Ser jovem*” e “*ser adulto*”: identidades, representações e trajetórias. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2007.

RAMOS, Elsa. As negociações no espaço doméstico: construir a “boa distância” entre pais e jovens adultos “coabitantes”. In: BARROS, Myriam Lins de (Org.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROBBINS, Alexandra; WILNER, Abby. *A crise dos 25: como lidar com os desafios da transição para a vida adulta*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

TURNER, Victor W. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978 [1909].